

**Projeto:** Entre a Casa, as Ruas e as Instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro

Levantamento da Produção Acadêmica sobre Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (2000-2019)

**Coordenação:** Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

## Ficha

1) Referência – CRESTANI, Vanessa; ROCHA, Kátia Bones. Risco, vulnerabilidade e o confinamento da infância pobre. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v.30, 2018.

2) Resumo e Palavras-Chave – O artigo problematiza as categorias “em risco” e “em vulnerabilidade”, utilizadas atualmente como justificativa para a ingerência estatal sobre a infância e adolescência pobres. Aborda os contributos da Psicologia, enquanto dispositivo de saber-poder, para a produção dessas categorias e apresenta uma contextualização histórica das intervenções de assistência à infância. O acolhimento institucional, proposto pela legislação vigente como medida de proteção à infância, é aqui apresentado enquanto um dispositivo de intervenção biopolítica. Nesse cenário, os operadores “risco” e “vulnerabilidade” têm ancorado práticas de cunho moralista e criminalizante, conferindo um caráter seletivo e paliativo às intervenções estatais. Propõe-se que essas categorias, quando utilizadas de forma acrítica, atuam a serviço de um duplo confinamento: dos corpos, que ficam restritos a um espaço que lhes é determinado – o abrigo –, e da subjetividade, que com a insígnia do risco e da vulnerabilidade é capturada e impedida de exercer sua potência.

Palavras-chave: psicologia social; infância; políticas públicas; vulnerabilidade social; acolhimento institucional.

3) Objetivo do estudo - O objetivo do trabalho consiste em problematizar as categorias “em risco” e “em vulnerabilidade”, utilizadas atualmente como justificativa para a ingerência estatal sobre a infância e adolescência pobres.

4) Tipo de pesquisa – Qualitativa.

5) Período da pesquisa – Não identificado.

6) Forma de coleta de dados – Trata-se de uma reflexão teórica que tem como disparador a vivência de situações de acolhimento institucional no cotidiano de um serviço de saúde que atende crianças e adolescentes no município de Porto Alegre, além dos disparadores históricos, conceituais e estatísticos com os quais se pretende problematizar a produção das categorias em risco e em vulnerabilidade, bem como as práticas conformadas a partir do enquadramento dos sujeitos nestas, em particular, o acolhimento institucional. Os dados foram coletados através de levantamento bibliográfico.

7) Forma de análise dos dados produzidos / referencial teórico – Aborda os contributos da Psicologia, enquanto dispositivo de saber-poder, para a produção dessas categorias e apresenta uma contextualização histórica das intervenções de assistência à infância.

8) Resultados / dados produzidos – Há um deslizamento da condição “em situação irregular” para as adjetivações “em risco”/“em vulnerabilidade”, uma vez que ambas formatações legitimam a mesma prática, a saber, a intervenção estatal sobre os pobres. A atualização discursiva das políticas públicas de “proteção” à infância encobre a continuidade das ações de cunho discriminatório, higienista e criminalizante introduzidas pelo Código de Menores. O acolhimento institucional, quando utilizado como resposta mágica frente à pluralidade de situações que compõem o cotidiano das crianças/adolescentes brasileiros e de forma a desconsiderar os atravessamentos histórico-político-sociais implicados nessa prática, acaba por atuar como um dispositivo de confinamento da infância. Um confinamento que é duplo, pois sob a égide da proteção e do cuidado, não somente os corpos ficam restritos a um espaço que lhe é determinado – o abrigo, mas também a subjetividade é impedida de exercer sua potência, de se atualizar, acompanhando o movimento que é próprio da vida. Ao imprimir nas crianças/adolescentes os marcadores “em risco” e “em vulnerabilidade” e esses sendo atrelados a um futuro indesejável, produz-se uma limitação das possibilidades de existência desses sujeitos. Quando os modos de existir consistem em uma afronta aos modelos ideais, quando o futuro é colonizado pela lógica da periculosidade, quando a virtualidade de crianças e adolescentes é capturada e reduzida a uma única trajetória possível, há, sim, um movimento de confinamento e, por que não, de mortificação da subjetividade.

9) Recomendações – Não identificado.

10) Observações e destaques –

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.